



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS – TRE/GO

Edital do Pregão Eletrônico n. 90044/2025

Processo SEI nº 24.0.000011477-0

NCT INFORMÁTICA LTDA. (“NCT” ou “Impugnante”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.017.428/0001-35, com sede no SBS, Quadra 02, Bloco Q, 8º Andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-120, vem respeitosamente, por intermédio de sua Gerente de Desenvolvimento de Negócios, Sra. INGRID BERGMAN WECKEVERTH CRIVELLENT, portador do RG nº 2954220/SSP-DF e CPF nº 042.293.181-03, à presença de V. Senhoria apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital mencionado alhures, o que faz na forma do Item 16. , em face das exigências constantes do item 7.1.11.6, em conjunto com o item 7.1.11.2 (ou correlatos do Termo de Referência), pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 16.1 do Edital, as impugnações devem ser apresentadas até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública. A sessão está designada para 11/12/2025, às 14h, de modo que o prazo final para impugnação encerra-se em 05/12/2025.

Tendo a presente sido protocolada dentro desse interregno, é manifestamente tempestiva, razão pela qual se requer, desde logo, o seu conhecimento, afastando-se quaisquer alegações em sentido contrário.

2. SÍNTESE DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

O Edital tem por objeto o registro de preços para aquisição de soluções de firewalls NGFW, com garantia técnica, para prover segurança perimetral, incluindo appliances físicos, console de gerenciamento e serviços associados.

No Termo de Referência, ao detalhar as características técnicas dos firewalls, prevê-se, entre outros pontos:

- que as soluções (Item 1 e Item 2) sejam do mesmo fabricante;
- que os dispositivos sejam appliances físicos com diversas funcionalidades de NGFW;

Na minuta de edital/Termo de Referência, contudo, foi incluída exigência específica nos seguintes termos (numeração conforme o instrumento convocatório):



7.1.11.2 – Devem ser dispositivos de proteção de rede (firewall) em hardware do tipo appliance físico (fabricado para esta finalidade), do mesmo fabricante do software de firewall.

7.1.11.6 – Deve possuir, no mínimo, 01 (uma) interface de gerenciamento fora da banda (out-of-band) que permita o gerenciamento do equipamento de forma remota, através de uma interface que funcione independentemente do sistema operacional, possibilitando desligá-lo e religá-lo remotamente.

A presente impugnação demonstra que a conjugação dessas duas exigências:

- a) não está tecnicamente justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- b) restringe de forma indevida a competição, na prática direcionando a licitação a um fabricante específico (Check Point), em afronta à Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência do TCU;
- c) compromete a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3. DO DIRECIONAMENTO TÉCNICO IMPLÍCITO E DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

3.1. Da combinação de requisitos que apontam para solução de fabricante específico

A exigência de uma interface de gerenciamento out-of-band, integrada ao appliance, que funcione independentemente do sistema operacional e permita o liga/desliga remoto do equipamento, corresponde, quase literalmente, à funcionalidade de gerenciamento remoto LOM (Lights-Out Management) descrita nos *datasheets* dos appliances de firewall do fabricante Check Point.

Isoladamente, a previsão de algum tipo de gerenciamento remoto poderia ser compreendida. Todavia, o edital vincula essa funcionalidade a outro requisito:

- o appliance físico e o software de firewall devem ser obrigatoriamente do mesmo fabricante, em solução integrada e proprietária.

Na prática, a conjugação de:

- appliance físico +
- software do mesmo fabricante +
- interface out-of-band que opera independentemente do sistema operacional, com função de liga/desliga remoto

cria uma descrição tão específica que exclui a maior parte dos fabricantes consolidados de mercado, como Fortinet, Palo Alto Networks, Sophos, SonicWall, WatchGuard, entre outros, que possuem soluções plenamente capazes de atender às necessidades de segurança do TRE/GO, mas que não implementam exatamente esse arranjo proprietário.

3.2. Ausência de justificativa específica no Estudo Técnico Preliminar

A Lei nº 14.133/2021 exige que as escolhas técnicas sejam fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), notadamente para requisitos que possam limitar a competição ou gerar padronização específica (art. 18, §1º e art. 11).

Ao se examinar o ETP da contratação, observa-se que:



- ele identifica, de forma geral, a necessidade de substituir equipamentos descontinuados, garantir disponibilidade e padronização, além de maior segurança e desempenho;
- indica quantitativos, justificativa de padronização e objetivos de segurança da informação;

Entretanto, não há no ETP:

a) qualquer menção à imprescindibilidade de interface de gerenciamento out-of-band independente do sistema operacional, com liga/desliga remoto;

b) justificativa técnica robusta para exigir que hardware e software de firewall sejam, necessariamente, do mesmo fabricante, especialmente quando atrelados a uma funcionalidade bastante específica de gerenciamento.

Ou seja, o ETP trata de forma macro de “padronização” e “garantia estendida”, mas não demonstra que somente uma arquitetura proprietária — típica de determinado fabricante — seria capaz de atender ao interesse público.

Isso contraria o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que exige estudo prévio para justificar as especificações técnicas, bem como o art. 11, que condiciona o planejamento da contratação à busca da proposta mais vantajosa e à ampla competição.

3.3. Violação aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa

A Constituição Federal (art. 37, caput e inciso XXI) e a Lei nº 14.133/2021 estabelecem, entre os princípios basilares da licitação:

- a isonomia entre os licitantes;
- a seleção da proposta mais vantajosa;
- o julgamento objetivo (art. 5º, incisos I, III e IV).

Especificações excessivamente restritivas, que não guardam relação direta e necessária com o objeto e não estejam motivadas tecnicamente, violam esses princípios.

O art. 41 da Lei nº 14.133/2021 admite, apenas em caráter excepcional, a indicação de marcas ou modelos, condicionando-a a motivação expressa, em hipóteses como padronização, compatibilidade ou inexistência de alternativas equivalentes.

Ainda que o edital não mencione marca nominalmente, a descrição de um conjunto de características praticamente exclusivo de um fabricante caracteriza, na prática, indicação indireta de marca, exigindo o mesmo nível de motivação técnica que a indicação direta, o que não se verifica nos autos.

O TCU já assentou, em diversos julgados, que a Administração deve, quando há vários modelos aptos a atender às necessidades, especificar o objeto por requisitos funcionais e de desempenho, evitando direcionamento para uma marca ou modelo específicos.

Logo, ao limitar a participação a poucos fabricantes — e, na prática, favorecer uma arquitetura proprietária — sem justificativa técnica idônea, o edital restringe indevidamente a competitividade, com potencial aumento de custos e prejuízo ao Erário, em afronta aos princípios da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).



4. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Considerando o exposto, a manutenção literal dos itens 7.1.11.2 e 7.1.11.6:

- limita a disputa a soluções de um único fabricante ou de um número muito reduzido de fornecedores;
- não encontra respaldo específico no ETP;
- viola os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa;
- configura direcionamento técnico implícito em desconformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

A correção desse vício não exige a descaracterização do objeto, mas apenas a reformulação da redação dos requisitos, de modo a permitir a participação de soluções equivalentes de mercado, preservando a segurança desejada pela Administração.

5. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Impugnante:

a) O conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e preencher os requisitos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e do item 16 do Edital;

b) O acolhimento da impugnação para reconhecer o caráter restritivo e direcionador da exigência constante do item 7.1.11.6, especialmente quando lida em conjunto com o item 7.1.11.2 (ou correlatos do Termo de Referência), declarando-as irregulares por violação aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa;

c) A retificação do edital, com a adoção de uma ou mais das seguintes alternativas (ou outra solução equivalente que preserve a ampla competição):

1. Supressão da expressão “que funcione independentemente do sistema operacional, possibilitando desligá-lo e religá-lo remotamente” do item 7.1.11.6, substituindo-a, por exemplo, por:

“Deve possuir, no mínimo, uma solução de gerenciamento remoto que permita a administração segura do equipamento, inclusive com possibilidade de intervenção remota em casos de falha, admitidas soluções integradas ao appliance ou recursos equivalentes disponibilizados pelo fabricante.”

2. Reformulação da exigência para admitir soluções tecnicamente equivalentes de gerenciamento remoto, seja por interface dedicada, módulo de gerenciamento, IPMI/LOM, PDU gerenciável ou similar, sem privilegiar implementações proprietárias de um único fornecedor.
3. Reavaliação da necessidade de vincular, de forma absoluta, hardware e software do mesmo fabricante no contexto do item 7.1.11.6, permitindo, se for o caso, a padronização por razões de



compatibilidade, mas sem atrelar o objeto a funcionalidade exclusiva de determinado fornecedor; alternatively, que tal vinculação somente seja mantida mediante justificativa técnica explícita e robusta no ETP, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4. Caso não se acolha a alteração integral dos itens, que seja inserida previsão expressa de aceitação de soluções que comprovem equivalência funcional, ainda que implementadas em arquitetura distinta, desde que atendidos os níveis de desempenho e segurança requeridos.

d) A consequente publicação de edital retificador e, se necessário, a prorrogação dos prazos de apresentação de propostas, em respeito aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da vinculação ao instrumento convocatório;

e) A juntada, aos autos do procedimento, de eventual manifestação técnica da Administração que, caso pretenda manter as exigências impugnadas, fundamente de forma detalhada a imprescindibilidade da combinação de requisitos atualmente prevista, de modo a possibilitar o controle pelos interessados e pelos órgãos de controle externo.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.
Brasília, 05 de dezembro de 2025.

Ingrid Bergman Weckeverth Crivellente
Gerente de Desenvolvimento de Negócios
NCT INFORMÁTICA LTDA